OS DESAFIOS DE SE TRABALHAR COM ALUNOS SURDOS NA ESCOLA PEDRO DE FRANÇA REIS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jonh Cleber Alves de Sousa[[1]](#footnote-1)

Laíla dos Santos Silva2

 Marta Nayara Santos Silva3

José Carlos Pessôa de Melo4

**RESUMO**

O presente trabalho acadêmico tem por objetivo abordar a respeito da experiência obtida no período de Regência do Projeto Residência Pedagógica na Escola Pedro de França Reis, que se localiza em Arapiraca, no Estado de Alagoas. O trabalho abordará a experiência obtida durante a regência em uma turma de terceiro ano do Ensino Médio, onde nos deparamos com a presença de alunos surdos em meio a ouvintes em sala. Buscaremos nesse sentido, tecer reflexões acerca das dificuldades enfrentadas pelos residentes durante esse período, bem como, de maneira breve, fazermos reflexões acerca do processo de inclusão desses alunos no âmbito escolar. Para uma melhor fundamentação teórica utilizaremos as reflexões de autores como LACERDA, MENDES, GOBARA, VYGOTSKY, dentre outros.

**Palavras-chave:** docência, inclusão, residência.

**RESUME**

The present academic work aims to address the experience gained during the period of Regency of the Pedagogical Residence Project at the Pedro de França Reis School, which is located in Arapiraca, in the State of Alagoas. The work will address the experience gained during the regency in a third year high school class, where we encountered the presence of deaf students amidst listeners in class. We will seek in this sense, to reflect on the difficulties faced by residents during this period, as well as, briefly, make reflections on the process of inclusion of these students in the school environment. For a better theoretical foundation we will use the reflections of authors such as LACERDA, MENDES, GOBARA, VYGOTSKY, among others.

**Palavras-chave:** teaching, inclusion, residence.

**INTRODUÇÃO**

Conhecer a realidade escolar e ter a experiência educacional só será possível diante da prática docente, dentro desse contexto a praxe do estágio curricular é o que nos leva, enquanto graduandos de cursos de licenciatura, ao contato direto com a sala de aula, que posteriormente será nosso local de trabalho depois de concluída a graduação. Nesse sentido o estágio como disciplina na grade curricular dos cursos de licenciatura é parte essencial da formação e do currículo profissional, por isso a Residência Pedagógica-RP define-o como uma de suas etapas do processo de imersão na escola tendo como foco a regência escolar. Dentro dessa perspectiva, realizamos o período de regência do Programa com duas turmas de terceiros anos da Escola Pedro de França Reis, onde tivemos contato direto com a sala de aula e consequentemente com o processo de ensino-aprendizagem na escola.

O estágio de regência é de vital importância para a formação dos docentes, uma vez que é nele onde o graduando poderá colocar em prática aquilo que aprendeu dentro da academia e é através dele que o estudante vai experimentar, durante um período de tempo, a realidade escolar dentro da sala de aula em seu dia a dia, experiência que será extremamente enriquecedora para sua formação enquanto futuro profissional da área da Educação. É por isso que a Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008, afirma:

"Art. 1° - Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. "

Na fase de imersão na escola, parte do Programa de Residência Pedagógica, iniciamos o período de regência, onde passamos por todo o processo de organização, planejamento e execução das aulas. Dessa maneira pudemos conhecer as demandas das turmas e simultaneamente a realidade da prática educativa, onde se nota que cada turma tem seu ritmo, sua especificidade, assim como cada aluno que as compõem. Na turma do terceiro “A”, percebemos a presença de alunos surdos em sala de aula em meio aos alunos ouvintes. Durante o período de regência pudemos ter a experiência dessa convivência com os dois grupos de alunos: ouvintes e surdos. A partir dessa realidade começamos a refletir sobre como poderíamos ter um diálogo com eles e mantê-los integrados ao ambiente em que estavam inseridos, fazendo com que se sentissem, de fato, parte integrante do ambiente escolar, sobretudo na disciplina de História. Para isso contamos com a ajuda do intérprete que a Escola dispõe e que serve como ponto principal do contato entre professores e alunos surdos, bem como dos alunos surdos com o corpo escolar.

O desafio para a educação são variados, envolve múltiplas realidades, dessa forma ao tivermos contato com alunos surdos em sala de aula, pudemos conhecer uma outra realidade e necessidade em sala de aula. Segundo a lei 10.436, de 2002. A libras, Língua Brasileira de Sinais, é a primeira língua e a oficial da comunidade surda do Brasil. A Lei garante que os surdos sejam atendidos pelo poder público geral e empresas privadas de atendimento público em sua língua.

Art. 2º - Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais - Libras como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil. (Brasil, 2002)

Diante dessa realidade e exigência legal, como ficaria o atendimento aos estudantes surdos do ensino regular, sendo que muitas escolas não tem a formação adequada para atender as demandas necessárias desse público que devem surgir na escola? Para garantir o acesso dos alunos à escola e a devida formação dos docentes, a legislação torna obrigatória a inclusão da Libras no currículo.

Art. 3º - O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente. (Brasil, 2002)

A partir da publicação do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o ensino de Libras passou a ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior.

Art. 3º, § 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério. (Brasil, 2005)

**MATERIAIS E MÉTODO (METODOLOGIA)**

 O trabalho se desenvolveu a partir da observação da turma de terceiro ano “A”, da Escola Pedro de França Reis, durante o período de regência dos residentes, de 08/04/2019 até 06/08/2019, etapa obrigatória do Programa Residência Pedagógica, bem como de reflexões feitas a partir da leitura de autores como LACERDA, C.B.F. A inclusão escolar de alunos surdos; DORZIAT,A. Sugestões docentes para melhorar o ensino de surdos, LACERDA, MENDES, GOBARA, VYGOTSKY, que tratam a respeito dos desafios de se trabalhar com alunos surdos bem como dos processos de inclusão destes no âmbito escolar; além da reflexão das leis da inclusão vigentes no país.

 Como recursos didáticos, utilizamos data show e notebook para projetarmos os slides, fazendo uso de mapas, imagens, expondo visualmente alguns registros dos conteúdos trabalhados em sala de aula, como forma de atrair atenção e facilitar a aprendizagem, que serve como apoio não só aos surdos, mas também aos ouvintes.

**RESULTADOS E DISCUSSÃO**

No contexto escolar nos deparamos com uma pluralidade de situações que muitas vezes a nossa formação dentro da universidade não nos deu o devido suporte para que pudéssemos lidar com as variedades de acontecimentos que surgem em sala de aula. Uma das felizes, mas preocupante situação é o professor se deparar com uma sala de aula onde existem alunos ouvintes e surdos e ele não saber como desenvolver uma pedagogia que garanta a inclusão e aprendizagem desses alunos especiais. Embora a Escola, discutida neste trabalho, tenha a presença de um intérprete de Libras para dar suporte aos professores e aos alunos, atuando como mediador entre professor, coordenação/direção e alunos surdos, o que se observa é que ainda há um longo percurso para que a escola se torne de fato um ambiente realmente preparado para abarcar a presença desses educandos a fim de que eles se sintam realmente parte integrante da comunidade escolar. A respeito disso escrevem Caroline e Daniele (2006):

Lacerda (2006) evidencia a experiência solitária vivenciada pelos surdos nas escolas inclusivas quando (somente) acompanhados por intérpretes. Muitas vezes, os surdos não estabelecem relações efetivas com os demais pares escolares, pois professores, companheiros de classe e funcionários são ouvintes. Esse fator compromete o aprofundamento de suas relações, que são resumidas em trocas básicas de informações, por conta da não compatibilidade linguística.

Desse modo, o que se o que se observa é que os alunos surdos acabam por ficarem segregados, “ilhados” entre si e que têm apenas no intérprete um meio de tentar conseguir dialogar com toda a escola, uma vez que este, o intérprete, é o único profissional fluente na Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e que por isso mesmo é a única pessoa que tem um diálogo de forma efetiva com os alunos surdos. Além do intérprete existe apenas uma aluna da turma que conhece um pouco de LIBRAS e consegue, minimamente, conversar com esses alunos. A grande maioria dos alunos ouvintes e dos professores, bem como o restante do corpo escolar, tenta interagir com os surdos, mas é notório que não se conseguem estabelecer uma relação efetiva.

 A linguagem é um objeto importante na formação das relações humanas, tanto que Vygotsky (1925) coloca que os processos mentais superiores têm origem nos processos sociais e a relação do indivíduo com o mundo é mediada pela linguagem. Dessa forma, as relações sociais estão atreladas com as formas de se comunicar com o mundo, sendo a língua parte fundamental nesse processo. O fato de nem todos na escola saberem se comunicar em LIBRAS, acaba por dificultar esse processo interativo de socialização entre esses indivíduos surdos e ouvintes e de aprendizagem dos surdos.

Essa situação se complica ainda mais durante as aulas, uma vez que não existe nenhum tipo de preparação dos professores para que estes recebam de uma forma melhor esses alunos. Além da resistência de muitos professores em aceitarem alunos surdos em sala de aula e do total desconhecimento da LIBRAS, o que termina acontecendo é que o professor acaba dando suas aulas focando nos alunos ouvintes, cabendo ao intérprete traduzir para os alunos surdos o que está sendo colocado pelo professor em sala, muitas vezes sem conhecer/entender o conteúdo desenvolvido pelo professor. Dessa forma a relação que existe entre professor ouvinte e aluno surdo é uma relação que acaba se tornando superficial, ainda que o professor tente criar outros métodos de avaliação que se adéquem as necessidades dos surdos, a falta de diálogo por conta do professor não ser fluente em libras acaba por deixar a relação entre os dois abalada. Dado que o professor se sente mal por sua aula não está chegando ao alcance de toda a turma, principalmente dos alunos surdos, da forma como deveria.

No entanto, é importante ressaltar que apesar da importância dos professores e comunidade escolar aprenderem a Libras, a presença do intérprete em sala de aula é indispensável para que haja garantia a acessibilidade dos alunos com surdez, ele passa a ser o canal comunicativo entre esses alunos com surdez, professor, alunos ouvintes e toda comunidade escolar. Para Lacerda et al. (2011, p5), o objetivo principal não é apenas traduzir, mas buscar, em parceria com o professor, meios diferenciados de ensino para que o aluno surdo possa ser favorecido por uma aprendizagem especificamente eficiente.

Outro fato que pode e deve ser abordado é a sensação de inutilidade que existe quando o intérprete falta (só existe um intérprete na Escola) e os alunos surdos ficam em sala, entretanto eles não conseguem acompanhar as aulas dos professores, ainda que estes escrevam no quadro o resumo do assunto, dado que o surdo aprende através da língua brasileira de sinais – Libras, que é a sua primeira e muitas vezes a única língua conhecida pelos surdos, para muitos, a língua portuguesa é completamente desconhecida e muitos têm dificuldades de codificar as palavras.

 Dessa forma, o intérprete acaba sendo a peça principal da relação entre professor ouvinte e alunos surdos; e até mesmo a peça principal de interação desses alunos com todo o corpo escolar, dado que, sem a presença deles, os alunos ficam “jogados ao léu” na escola: não aprendem e não interagem.

 Assim, durante o período de regência realizado nessa turma mista de alunos surdos e ouvintes, foi utilizado, pelos residentes uma forma de avaliação para esses alunos surdos, diferente da que se utilizou para os ouvintes: ao invés de fazer a avaliação por meio da prova escrita idêntica a passada para os alunos ouvintes, optou-se por pedir que os alunos surdos apresentassem suas considerações a respeito do processo de descolonização afro-asiática. O mesmo ocorreu sobre o assunto referente a ditadura militar no Brasil, onde foi pedido para os alunos ouvintes que fizessem uma análise escrita de um documentário a respeito do tema. Para os surdos, no entanto, foi feita uma avaliação de um vídeo na linguagem de sinais sobre o assunto de ditadura militar no Brasil. Essas metodologias escolhidas tiveram o objetivo de tentar ser mais justos na avaliação desses alunos que são diferentes e tem necessidades diferentes dos demais.

Outra abordagem utilizada pelos residentes como uma forma de aproximação desse universo das pessoas surdas foi que ao menos se comprometêssemos a aprender o básico da comunicação: dar bom dia, perguntar como eles estão e perguntar qual o “sinal” deles e pedir que eles dessem o nosso sinal. Tudo isso a fim de tentar buscar uma aproximação e mostrar que estamos dispostos a tentar sair de nossa zona de conforto para tenta uma interação mais real com o universo deles.

Como resultado de nossas ações percebemos que os estudantes surdos passaram a participar de forma mais efetivas das aulas, fazendo questionamentos e respondendo as questões apresentadas durante as aulas. Para que os surdos tivessem uma maior interação com os ouvintes, propomos que estes apresentassem um seminário para toda a turma, que ocorreu com os surdos sinalizando e o intérprete oralizando para os ouvintes. Procuramos avaliá-los conforme suas potencialidades, desse modo, nas questões fechadas da prova bimestral o intérprete traduzia e eles respondiam, nas questões abertas optamos, junto ao interprete por gravar em vídeo, como forma de registrar as respostas.

De uma forma geral, avaliação dos alunos surdos deve ser diferente em relação aos alunos ouvintes, levando em consideração a dificuldade de compreensão e comunicação, uma vez que nem todos os surdos entendem a língua portuguesa. As avaliações e atividades desenvolvidas em sala devem ser ajustadas as necessidades especificas dos surdos e acompanhadas do intérprete para fazer a comunicação e a tradução.

**CONCLUSÃO**

 Diante do que foi exposto no decorrer do trabalho, percebemos que o processo de inclusão desses alunos surdos na Escola Pedro de França Reis está acontecendo a passos curtos e que ainda há muito que precisa ser caminhado para que a escola se torne, de fato, um ambiente inclusivo, onde os surdos se sintam realmente pertencentes ao âmbito escolar, pois o que se nota é que apesar do esforço que é feito pelo corpo escolar, ainda o que há é um abismo entre surdos e ouvintes, principalmente no que se refere a questão da língua.

 Nesse sentido seria necessário que a escola buscasse adaptar seu currículo para que este abrangesse a disciplina de Libras como parte da grade dos alunos do Educação Básica, além de que se buscasse uma formação que preparasse os funcionários da escola, em especial os professores, para que estes aprendessem, ao menos, o básico da língua de sinais para que houvesse o mínimo de diálogo entre os alunos surdos e os demais ouvintes da escola, a fim de que o intérprete não fosse o único meio de conversação existente entre eles.

 Assim, concluímos que a escola precisa se adequar a novas formas de metodologia a serem utilizada na sala de aula com alunos surdos, investir na acessibilidade, em recursos didáticos e implementação de políticas públicas de formação de professores com intuito de fazer um elo comunicativo para lidar com alunos surdos.

**REFERÊNCIAS**

Brasil. Lei federal n° 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da União. Brasília DF: 25 de setembro de 2008.

BRASIL. Senado Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Lei federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília: DF, 24 de abril de 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, 22 de dezembro de 2005.

SILVA, Carine Mendes da; SILVA, Daniele Nunes Henrique. Libras na educação de surdos: o que dizem os profissionais da escola?.**Psicol. Esc. Educ.**,  Maringá ,  v. 20, n. 1, p. 33-44,  Apr.  2016 .   Disponivel em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S1413-85572016000100033&lng=en&nrm=iso>. Acesso em:  07 de agosto de 2019.

VARGAS, J; GOBARA, S. O aluno surdo nas escolas regulares: dificuldades na inclusão. Disponível em: << http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpec/resumos/R1012-1.pdf >>. Acesso em 07 AGOSTO. 2019.

VYGOTSKY, L. S. Princípios de educação social para a criança surda. Disponível em: << https://pt.scribd.com/document/157573718/Principios-de-educacao-social-para-a-crianca-

surda >> . Acessado em out. 2011.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. Pensamento e Linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

QUADROS,R.M. de. **Educação de Surdos:** A Aquisição da Linguagem. Porto Alegre: Artes. Médicas, 1997.

BRASIL. **Saberes e práticas da inclusão**: desenvolvendo competências paara o atendimento ás necessidades educacionais especiais de alunos surdos. 2 ed. SEESP/MEC. Brasília: MEC, 2006.

1. Graduando do curso de Licenciatura em História, Uneal – Campus I – Arapiraca, Alagoas. E-mail: jonh.cleber.jc@hotmail.com.

2 Graduanda do curso de Licenciatura em História, Uneal – Campus I – Arapiraca, Alagoas.

3 Graduando do curso de Licenciatura em História, Uneal – Campus I – Arapiraca, Alagoas.

4 Professor do curso de Licenciatura em História, Uneal – Campus I – Arapiraca, Alagoas.

 [↑](#footnote-ref-1)